



DISCURSOS SOBRE A PANDEMIA: O DISCURSO POLÉMICO PARA ALÉM DO NEGACIONISMO

Rui Ramos (Centro de Investigação em Estudos da Criança/ Centro de Estudos Humanísticos/ Universidade do Minho – Portugal)

Resumo: Num cenário de pandemia provocado por um vírus invisível ao olho nu, o discurso sobre a situação sanitária global ganha relevo e converte-se em “discurso público dominante”, cruzando áreas diversas da vida individual e coletiva.

O presente estudo analisa um destes discursos, uma crónica publicada num jornal nacional português de referência. Trata-se de um discurso polémico e contracorrente, que contesta outros discursos que circulam na esfera pública. São analisadas estratégias argumentativas, que passam pela tentativa de persuasão do leitor e pela construção do *ethos* do autor, e são analisadas as formas de relacionamento do autor com o espaço e os outros indivíduos, através da palavra.

Palavras-chave: Discurso polémico; Covid19; Coronavírus; Argumentação; Media; Negacionismo

Abstract. Title: Discourses on the pandemic: polemic discourse beyond denialism.

In a pandemic scenario caused by a virus invisible to the naked eye, the discourse on the global health situation becomes prominent and turns into a “publicly dominant discourse”, crossing different areas of individual and collective life.

ECO-REBEL

The present study analyses one of these discourses, a chronicle published in a reference Portuguese national newspaper. It is a polemic and countercurrent discourse, which challenges other discourses that circulate in the public sphere. Argumentative strategies are analysed, which involve the attempt of persuading the reader and fabricating the author's ethos, as well as the author's forms of relationship with space and other individuals through words.

Keywords: Polemic discourse; Covid19; Coronavirus; Argumentation; Media; Denialism

Liberté

Sur mes cahiers d'écolier
Sur mon pupitre et les arbres
Sur le sable sur la neige
J'écris ton nom
(...)
Sur mes refuges détruits
Sur mes phares écroulés
Sur les murs de mon ennui
J'écris ton nom
(...)
Et par le pouvoir d'un mot
Je recommence ma vie
Je suis né pour te connaître
Pour te nommer
Liberté

Paul Eluard, Poésies et vérités, 1942

1. Introdução

1.1. O presente estudo pretende contribuir para o mapeamento dos discursos públicos sobre a pandemia provocada pelo vírus COVID-19, que afetou o mundo no final de 2019 e se prolongou até ao momento em que este é efetuado (em julho de 2020), prevendo-se, nesta data, que ainda permaneça afetando a humanidade durante muito tempo.

Neste momento, o discurso sobre esta pandemia, construído com um foco médico, político, geoestratégico, económico ou com qualquer outro, transformou-se num “discurso público dominante” (JUNG, 2001): um discurso global, avassalador, cruzando um grande número de outros tópicos sociais, éticos, económicos, ambientais, de saúde pública, etc.; que não aborda um problema estanque, mas um agregado poroso de questões que pendem sobre a humanidade, ignorando fronteiras ou diferenças sociais, culturais ou religiosas, igualando a generalidade dos seres humanos sob a mesma ameaça; que configura um objeto invisível ao indivíduo, só percecionado pelas suas consequências (eventualmente mortais); e, sobretudo, que se constitui como um discurso significativo na configuração das experiências “em segunda mão” intermediadas pela comunicação social, que o faz impor-se e permanecer na esfera

pública, com um potencial de larga intervenção na sociedade, influenciando as percepções de cada indivíduo.

1.2. De entre todos os discursos públicos possíveis, buscamos um que fosse, de alguma forma, “contracorrente”, ou que contestasse o pensamento “mainstream”. Em princípio, são os discursos contracorrente que encerram um maior potencial de abalar as consciências, de sugerir leituras do mundo inovadoras e fraturantes, de suscitar a reflexão sobre as coisas e os seus estados de modo mais produtivo. Além disso, procuramos igualmente que o texto em causa refletisse sobre a relação entre os indivíduos e destes com o seu meio ambiente – ou, em termos próprios da linguística ecossistémica (Couto, 2015), incidindo sobre os usos da língua (L) por uma população (P), estabelecendo interações entre os membros da comunidade e destes com o seu território (T).

Entre os discursos contracorrente, pontuam os negacionistas. É fácil ao indivíduo cruzar-se com estes discursos, normalmente sem fundamento, consideravelmente caricatos em função do conhecimento consolidado: terraplanistas, antivacinas, céticos das alterações climáticas, etc. Também em relação à pandemia houve e há discursos públicos negacionistas, com cambiantes diversas. Contudo, o discurso analisado não constitui um delírio sem fundamento, mas uma reação contra um outro discurso, o que entoa loas às vantagens das cidades silenciosas, vazias, sem trânsito, sem poluição sonora ou atmosférica, devido ao confinamento dos habitantes em suas casas, sugerido ou imposto em algum momento pela maioria dos governos. O autor (doravante locutor) afasta-se de tal posição, justifica a sua reação e procura congrega nessa reação o favor do leitor (doravante alocutário).

2. Quadro teórico

2.1. A abordagem adotada para este estudo é, por um lado, descritiva e, por outro, discursiva. Situa-se no lugar de confluência entre a Análise do Discurso de tradição francófona e a Linguística do Texto, com contributos mais recentes de abordagens afins e de áreas complementares, de índole discursiva e enunciativo-pragmática.

Em particular, assumem relevo neste estudo a teoria da enunciação, na esteira de Bühler (1979), Benveniste (1975, 1978), Kerbrat-Orecchioni (1980) ou Fonseca, F. I. (1992); as questões de tipo/género textual (Adam, 1985, 1992, 2011); os contributos da Pragmática Linguística (a partir das propostas inaugurais de Searle, 1969); a questão da criação da imagem de si, ou *ethos* (inspirada em AMOSSY, 2010) e as reflexões da Linguística Ecossistémica (em particular, COUTO, 2015, 2019 e 2020) sobre a relação dos indivíduos entre si e com o seu meio, num processo interativo que passa necessariamente pela língua e os discursos. Nesta perspetiva, privilegiar-se-á a análise do “ecossistema social da língua” (COUTO, 2015: 60).

2.2. A perspetiva enunciativa-pragmática adotada concede relevo à dêixis como a categoria mais básica de construção do eu e do outro. Como é visível e fortemente atuante nos textos pertencentes ao tipo argumentativo (como é o caso), o compromisso do locutor com o conteúdo do seu dizer

ECO-REBEL

passa pela afirmação da sua subjetividade, no sentido que Benveniste (1975, 1978) confere a este conceito, na medida em que a referenciação se constrói a partir da enunciação. E, aspeto absolutamente fundamental, a referenciação não é nem pode ser neutra, porque não pode ser descentrada do eu.

As escolhas linguísticas e discursivas dependem, entre outros fatores, do género discursivo que, neste caso, é largamente devedor de uma determinada imagem do locutor. Tal imagem, ou *ethos* (AMOSSY, 2010), comporta uma dimensão prévia, ou pré-discursiva, fruto de enunciações anteriores, e uma dimensão discursiva, construída no discurso em causa.

Da Linguística Ecosistémica tomamos, para além dos conceitos de população, língua e território, o de “comunidade de fala”, como se verá abaixo: “um ecossistema linguístico constituído por um território geralmente de pequenas proporções, em que os atos de interação comunicativa entre seus membros se dão com relativa frequência” (COUTO, 2016: 50). Cada ato de discurso ocorre no seu contexto próprio e, num cenário de normalidade, será adequado às normas em vigor na comunidade. Terá os efeitos perlocutórios em vigor nessa comunidade e, no caso, o exercício da influência assume um relevo incontornável, como é indiciado pela organização textual.

3. O corpus

3.1. O texto selecionado para análise é um artigo de opinião (uma crónica) intitulado “As cidades mortas”, da autoria do sociólogo António Barreto e publicado no segundo caderno do diário *Público* em 12 de abril de 2020. Encontra-se transcrito em anexo, com os seus parágrafos numerados para facilidade descritiva (ver Anexo no final do artigo).

Este jornal tem circulação nacional e reclama ser um diário de qualidade, tendo amplo reconhecimento no panorama português. Aos domingos, a edição inclui um segundo caderno, essencialmente com artigos mais longos do que os que ocupam diariamente o primeiro caderno, entre reportagens, entrevistas e artigos de opinião. É neste quadro que surge o artigo de António Barreto, numa rubrica regular intitulada “Grande angular”.

3.2. António Barreto é um líder de opinião largamente conhecido e reconhecido em Portugal. Doutorado em Sociologia, professor universitário jubilado, foi ministro, deputado, comentador televisivo e autor de documentários de cariz sociológico sobre a população portuguesa, assunto sobre o qual publicou larga bibliografia. Entre 2009 e 2014, foi Presidente do Conselho de

ECO-REBEL

Administração da Fundação Francisco Manuel dos Santos, tendo criado o *Pordata*, um importante portal de informação estatística (inicialmente só sobre Portugal, mas depois alargado a outros espaços), de acesso gratuito.

Estas breves observações prendem-se com o *ethos* prévio ou pré-discursivo do autor (AMOSSY, 2010). Tratando-se de um enunciador qualificado, é reconhecido não só como porta-voz da opinião pública, mas sobretudo como líder de opinião. Tal estatuto exige-lhe padrões de razoabilidade elevados, mas atribui-lhe igualmente um crédito de respeitabilidade relevante.

3.3. O título da rubrica anuncia o tipo de texto que o leitor encontrará. “Grande angular” é uma designação que remete para equipamento fotográfico ou cinematográfico e uma “lente grande angular” será uma que permite uma imagem ampla, uma visão alargada sobre uma determinada coisa ou estado de coisas.

A par do título, a organização física da página do jornal sugere que se trata de um ponto de vista pessoal e assumido: o artigo é assinado e a fotografia do autor acompanha a assinatura. O relevo do autor é ainda manifestado pelo facto de o seu artigo ocupar toda a página, sem ter de partilhar o espaço com outros autores ou textos. O facto de António Barreto ser autor regular de uma rubrica com tal relevo constitui um incremento de credibilidade, reforçando o seu *ethos* pré-discursivo.

3.4. O texto em causa é, como indiciam os elementos paratextuais e peritextuais apontados acima, um artigo de opinião. Tal facto será comprovado pelo conteúdo, enunciativamente assumido. Na esteira de Adam (1985, 1992, 2011), classificar-se-á como texto argumentativo.

É, portanto, construído sobre enunciações que lhe são prévias e que é suposto o enunciador conseguir recuperar da esfera pública. O discurso de opinião nos *media* constrói-se sobre esses discursos prévios, retoma-os e recupera as suas linhas de desenvolvimento mais relevantes para se aproximar ou afastar delas, para reforçar, reorientar ou inverter os seus rumos argumentativos. Não nos referimos somente a uma presença latente de discursos outros, prévios ou futuros, que assistem cada enunciação, como lembra Bakhtin (2006); referimo-nos mais especificamente a estratégias de retoma desses discursos outros, de forma mais ou menos explícita, para que possam ser identificados pelo alocutário e, assim, ser produtivos na interação verbal. Abaixo, identificaremos e analisaremos algumas dessas formas de retoma discursiva, para apontar alguns aspetos da heterogeneidade enunciativa que caracteriza o artigo em causa.

4. Análise

4.1. O artigo em análise foi publicado em 12 de abril de 2020 no jornal *Público*. Fica assim definido o seu momento de enunciação e identificada a situação social para a qual remete: o quadro geral de reação mundial à pandemia provocada pelo vírus COVID19. Os poderes políticos nacionais tinham decretado o “estado de emergência” e a generalidade dos cidadãos encontrava-se confinada às suas casas, em regimes de teletrabalho ou de suspensão do trabalho, isolados nos seus núcleos familiares e evitando todo e qualquer contacto não essencial. Muitas cidades apresentavam-se quase desertas, com as suas ruas silenciosas e vazias.

É desta observação dos estados de coisas, evocada de forma explícita e implícita, facilmente partilhável entre locutor e alocutário, que o texto parte e se desenvolve. A estrutura textual é marcada por um eixo organizador de carácter opositivo. Este gera quatro contraposições relevantes para a sua retórica inerente, intimamente imbricadas entre si:

- a) a contraposição entre uma voz comum, evocada pelo locutor, e a sua própria voz;
- b) a contraposição entre a cidade morta e a cidade pujante de vida;
- c) a contraposição entre a face negra e a face criadora e livre da cidade;
- d) a contraposição entre a cidade e o campo.

4.2. “As cidades mortas” – assim se intitula o artigo em análise. O título de um artigo de imprensa assume um papel importante: congrega a atenção do leitor e inicia o processo de comunicação. Desempenha uma função cognitiva relevante, um papel projetivo na interação proporcionada pelo texto; constitui uma catáfora, a ser resolvida no corpo do artigo, o que vale por dizer que estabelece os laços inaugurais de cumplicidade entre locutor e alocutário, não só pelo convite à leitura que sempre estabelece, como pelo anúncio da sua temática e pela ativação dos primeiros pressupostos. O título de um artigo de opinião na imprensa, ao contrário dos artigos de informação, não tem de ser um resumo do conteúdo do artigo. Por isso se apresenta frequentemente elíptico ou incompleto, o que é compatível com algum exercício de sedução: o leitor é implicitamente convidado a completar a informação sugerida ou insinuada, lendo o artigo.

No caso presente, o título encerra um outro atrativo: traça um cenário fortemente disfórico. Explora, desse modo, a atração mórbida pelo lado mais negro dos estados de coisas.

ECO-REBEL

4.2.1. O quadro geral decorrente das coordenadas enunciativas e do título é telegraficamente resumido pelo locutor na abertura do artigo como “tempos difíceis”.

Esta formulação económica conta com a cooperação interpretativa do alocutário e dá curso aos procedimentos de partilha e cumplicidade entre os dois. O alocutário sabe que o discurso da imprensa se focaliza no passado relevante recente (RAMOS, 1998) e que o locutor se pronuncia sobre a realidade social, política e económica do país. Assim, todas as coordenadas enunciativas (BENVENISTE, 1975, 1978) estão definidas: está clarificado o *eu/aqui/agora* que enforma qualquer enunciação e mesmo o *assim* (FONSECA, F. I., 1992), ou a modalização operada no/pelo discurso. De facto, o locutor manifesta desde a primeira frase o seu ponto de vista sobre as coisas e seus estados, com a qualificação que realiza dos “tempos”.

4.2.2. O reportório lexical do artigo inclui um conjunto relevante de expressões de alto valor disfórico, compatíveis com o desenho de “cidades mortas” e “tempos difíceis”.

Por um lado, são identificáveis vários termos do campo lexical de “morte” e “destruição”: “cemitérios”, “bomba de neutrões”, “mata”, “ruínas”.

Por outro lado, é fortemente marcada a ausência / a privação, nomeadamente pela repetição da preposição “sem” a cadenciar um conjunto de frases e segmentos frásicos sucessivos: “Pode haver alegria em cidades sem urbano, cidades sem conversa e sem intriga, cidades sem correrias, sem atrasos, sem reuniões, sem idas para o trabalho, sem escolas, sem crianças e sem sirenes de ambulâncias? Pode haver cidades sem polícias e ladrões?” (§ 2).

4.3. E em todo o parágrafo que caracteriza esses “tempos difíceis”, o primeiro do artigo, o locutor evoca vozes dispersas, sem identificar os respetivos enunciadores. Trata-se de comentários e apreciações que circulam na esfera pública, desde os media institucionais às redes sociais, que louvam o silêncio das cidades desertas, a diminuição da poluição atmosférica ou sonora, a redução do número de turistas que enxameiam os centros urbanos. Aparentemente, vozes sensatas. O locutor parte, desta forma, de um terreno partilhado com o alocutário para construir a sua argumentação. Captada a benevolência do auditório, ele poderá adotar o rumo argumentativo que desejar. Numa abordagem linguística ecossistémica, poderia dizer-se que, com estes segmentos iniciais, foi estabelecida uma “comunhão” (COUTO, 2015: 70) entre locutor e alocutário que permitirá o desenvolvimento do “ato de interação comunicativa (idem, ibidem: 63) entre os dois.

4.3.1. A evocação das vozes outras opera-se através da estratégia de repetição: “Há quem diga explicitamente (...). Há quem pense e quem diga a sério (...). Há quem pense (...)” (§ 1). A estrutura sintática linear e a organização textual transparente permitem ao alocutário acompanhar o raciocínio do locutor, aproximando ambos. O texto ganha cadência e ritmo, tornando a leitura fácil e agradável.

Ainda que estas enumerações possam parecer meras operações de referenciação objetivas, o efeito produzido é o do excesso – de gente a realizar enunciações e de elementos discretos que caracterizam os estados de coisas.

4.3.2. Outra estratégia que passa pela repetição prende-se com o uso da preposição “sem”, que marca enfaticamente a ausência, como foi referido, o que é compatível com o que o título do artigo anunciava, um cenário de morte da cidade (e nada marca a “ausência” como a morte). De novo, a repetição em segmentos curtos confere ritmo e até previsibilidade à estrutura sintática, numa estratégia de cativação do alocutário.

4.3.3. Assinale-se igualmente a repetição sucessiva de perguntas retóricas: “Pode haver sossego em cidades silenciosas e ruas vazias...?” (§ 2).

Estes enunciados podem ser considerados “falsas perguntas”, na medida em que desrespeitam as condições preparatória e de sinceridade das perguntas verdadeiras. De facto, o enunciador que usa uma pergunta retórica somente procura a verbalização (material ou mental), pelo seu alocutário, do conteúdo proposicional já incluído no seu enunciado com forma interrogativa.

Estes enunciados são caracterizados por uma inversão de polaridade entre a sua estrutura de superfície e o conteúdo proposicional que carregam (Fonseca, 1993): ao interrogar sobre *p*, o locutor sugere *não p*.

Assim, as quatro perguntas retóricas sucessivas, todas com a mesma estrutura, valem pela asserção veemente de sentido oposto: “não pode haver” os estados de coisas evocados. A conclusão, contudo, é aparentemente deixada ao alocutário, ainda que fortemente condicionado no seu raciocínio pela orientação argumentativa do locutor. A repetição cria uma sensação de gradação, de intensidade crescente na configuração dos estados de coisas.

4.3.4. Finalmente, assinale-se novo recurso às repetições sucessivas nos três últimos parágrafos do texto, em alguns casos com frases muito curtas. A cadência e o ritmo continuam bem pautados, o tom dialógico impera e a referenciação de coisas e seus estados confere ao discurso do locutor uma quase autoridade da evidência, pelo recurso a realidades e factos que parecem valer por si, incontornáveis e inquestionáveis.

4.3.5. Em todos os casos em referência, o discurso torna-se próximo, a interação ganha emotividade, aproximando-se do modo enunciativo oral. Tal estratégia potencia a adesão do alocutário aos pontos de vista do locutor, estando, portanto, ao serviço da persuasão realizada pelo texto.

O reconhecimento da verdade das asserções realizadas pelo locutor conduz à sua acrescida credibilização – o *ethos* (AMOSSY, 2010) construído no discurso. Este é um elemento fundamental para a adesão do alocutário ao ponto de vista do locutor. O artigo inicia, portanto, com a definição de um terreno-base para a argumentação que é favorável ao seu sucesso e prossegue com a evocação de estados de coisas aparentemente pacíficos e óbvios, pois não há como não reconhecer que o locutor tem razão, seja no segmento inicial da interação discursiva, seja no seu desenvolvimento. As conclusões surgirão, portanto, com naturalidade, como se fossem a única via possível de raciocínio lógico.

4.4. Contudo, o locutor vai tecendo no seu texto comentários dissonantes com as vozes que convoca ao longo da sua referenciação. Chega a estabelecer uma irónica identificação entre o estado hodierno das cidades desertas e “a beleza do silêncio dos cemitérios” (§ 1). O seu discurso vai operando uma modalização avaliadora relativamente discreta, para se tornar absolutamente explícito e até emotivo no início do segundo parágrafo, na exclamação: “Tanto disparate!” (§ 2). Tal referenciação e evocação não são, portanto, neutras, assim como não é neutro o distanciamento que o locutor vai construindo e que se revela em toda a sua veemente expressão a partir do segundo parágrafo; antes servem a comunicação, a persuasão e a argumentação. Partilhamos, neste aspeto, a opinião de Couto, que defende que “significação (referência) e comunicação (interação comunicativa) não existem nem podem ser estudadas independentemente uma da outra” (2020: 108).

ECO-REBEL

O segundo parágrafo do artigo desenvolve-se, então, a partir da afirmação explícita do distanciamento do locutor face às vozes evocadas no primeiro parágrafo. Mais do que distanciamento, pode mesmo afirmar-se que existe uma inversão argumentativa: se, ao longo do primeiro parágrafo, a referenciação de sucessivos estados de coisas parecia apontar para a bondade da ausência de pessoas nas cidades, a partir do início do segundo parágrafo o locutor expõe a insustentabilidade de tal ponto de vista.

Concretiza-se, desta forma, uma das contraposições que marcam este artigo: a que se realiza entre as vozes evocadas e a voz do locutor.

Neste aspeto, o texto ganha características de discurso polémico (KERBRAT-ORECCHIONI, s/d; RAMOS, 2000): trata-se de um discurso desqualificante, no qual o locutor ataca um alvo e coloca ao serviço deste objetivo dominante todos os recursos argumentativos e retóricos ao seu dispor. Assim, o discurso é claramente entendido como um contradiscurso.

4.5. No terceiro parágrafo, o locutor justifica o seu ponto de vista de modo expressivo: faz uma descrição fortemente disfórica das “cidades-cemitério” (§ 3) e contrapõe a esse retrato negativo o desenho das “cidades com vida” (§ 3). Neste louvor da cidade, o locutor configura-a como produto da ação humana ao mais alto nível, associando-a à cultura e aos valores típicos das sociedades democráticas ocidentais: “É na cidade que existe cultura, igualdade, democracia, discussão e tolerância” (§ 3).

4.5.1. O locutor não ignora que nas cidades há traços de destruição e aspetos negativos, como “crime, roubo, doença, acidente” (§ 3). No último parágrafo, fará outra enumeração, com o uso sucessivo de frases curtas, quase todas iniciando com o verbo “ter” (que conta com 12 ocorrências), evocando características negativas das cidades, nomeadamente da cidade de Lisboa. Mas, num evidente exercício de modalização, esses traços da vida urbana são claramente minorizados face ao que a cidade oferece, “liberdade” (§ 3). Concretiza-se, então, mais uma das contraposições que organizam a retórica deste artigo: aquela que se verifica entre a face negra e a face criadora e livre da cidade.

4.5.2. A referência à liberdade ocorre cinco vezes no texto. O locutor apresenta-a como a mais alta conquista da vida em sociedade e mesmo como condição para tal vida. Afirma que as cidades são

ECO-REBEL

as pessoas e a sua vida partilhada, que nas cidades se vivem os valores da humanidade: a democracia, a tolerância, a segurança. Mas, para tal, a cidade tem de estar viva – e aqui se concretiza outra das contraposições anunciadas: aquela que se estabelece entre a cidade morta e a cidade pujante de vida. O locutor anuncia a sua preferência pela segunda (mesmo com todos os riscos e males que a cidade encerra) sobre a primeira; anuncia que prefere a cidade das pessoas que se cruzam a constroem comunidade à cidade dos edifícios mortos e das ruas vazias. Porque sem pessoas não há vida.

4.6. Os parágrafos 4, 5 e 6 apresentam exemplos que, na perspectiva do locutor, sustentam os seus pontos de vista. Trata-se de evocações de factos históricos ou ficcionais (de criação literária/artística) que convocam a memória/imaginação de cidades. Umhas são grandiosas construções humanas, outras mostram a diversidade de tipos de organização das sociedades, outras ainda ilustram casos trágicos de relação entre os indivíduos nas / e as cidades.

Muitas destas referências são feitas de modo indireto, por alusão, convidando o alocutário a fazer uso da sua enciclopédia para preencher os vazios da referenciação. Se, por um lado, tais referências funcionam como elementos probatórios da razoabilidade da argumentação do locutor, por outro colaboram na construção da imagem de locutor e alocutário.

4.6.1. Quanto à imagem do locutor, foi acima feito o seu esboço breve, relativo ao seu *ethos* prévio ou pré-discursivo. Trata-se da “bagagem” que o locutor transporta consigo, construída ao longo dos anos e que permite aos seus interlocutores construírem quadros de expectativas que configuram o tipo de relação com o locutor: o que esperam que este afirme, como o fará, sobre que tópicos, com que objetivos, com que autoridade e inteligência, com que honestidade intelectual.

A longa enumeração de cidades e de autores que lhes são associados no texto do locutor constrói para este uma imagem de erudição (o seu *ethos* discursivo). O locutor apresenta-se como um indivíduo informado, com uma cultura alargada, que mostra conhecimentos vastos e oriundos de campos diversos. Ainda que erudição não seja necessariamente sinónimo de honestidade intelectual, há uma associação implícita que habitualmente se traça entre as duas. A apresentação da longa lista de “tipos de cidade” ou de “casos de cidade”, com os comentários telegráficos que

ECO-REBEL

o locutor tece, leva ao reconhecimento da razoabilidade do seu argumentário e, portanto, da bondade das conclusões favorecidas pelo seu artigo.

Argumentos fundados sobre observações aparentemente objetivas e argumentos de autoridade cruzam-se, portanto, para favorecer a conclusão visada pelo texto.

4.6.2. Por outro lado, tais argumentos permitem igualmente adivinhar o perfil típico do alocutário, tal como o texto do locutor o desenha.

Trata-se de um leitor de jornais; de um leitor de artigos longos, de reflexão sobre o quotidiano e não somente de breves notícias lineares.

Mas, mais importante do que isso, trata-se de um alocutário que, na perspetiva do locutor, será capaz de reconhecer, se não todas, pelo menos a generalidade das referências mais ou menos crípticas que são feitas ao longo do texto. Será alguém capaz de reconhecer que “A Cidade Proibida” está no coração de Pequim, e perceber por que razão é rotulada como sendo “da autoridade” (§ 5); ou porque é que a “Cidade Aberta” se associa à “liberdade” (§ 5), por exemplo. Trata-se de um alocutário com o qual o locutor será capaz de comunicar/interagir, com o qual partilha um socioleto (entendido aqui como um acervo lexical pertencente a uma língua e um conjunto de normas, valores e experiências partilhados por um grupo social delimitado) e, portanto, com o qual estabelece uma comunidade de fala (COUTO, 2016).

Assim, verifica-se que o artigo de António Barreto não se destina a qualquer indivíduo; não se destina a qualquer potencial leitor do jornal; não se destina a qualquer leitor de crónicas ou outros artigos de opinião; mas destina-se àqueles que com ele partilham um conjunto de saberes, experiências, valores e aspirações. Não necessariamente aos que concordam plenamente com ele, até porque não valerá a pena pregar a convertidos. Mas àqueles que integram a referida comunidade de fala, recorte restrito da “comunidade de língua” (COUTO, 2016: 50) mais vasta que compreenderá todos os falantes de língua portuguesa.

4.7. Uma das extrapolações possíveis deste texto encontra expressão na contraposição (implícita) entre cidade e campo.

O locutor apresenta-se como homem de pensamento crítico, culto e refletido. Anuncia os seus valores, que são aqueles que ele identifica e louva na cidade dos homens livres. Enumera traços caracterizadores da cidade, desde as “sirenes de ambulâncias” (§ 2), aos “becos de má fama” (§ 7)

e às esplanadas de espiões e mirones” (§ 7). E termina o seu artigo afirmando que “a liberdade é urbana” (§ 7).

Poderia interpretar-se a referência às “cidades” e ao “urbano” de um modo abrangente, como qualquer comunidade de seres humanos. É da comunidade humana (de qualquer comunidade humana) que nasce a cultura, a partilha, a entreatjada, a segurança, a democracia, a tolerância; assim como as intrigas, as correrias, a exploração ou a violência. Contudo, os exemplos de atividades, de vivências e de valores invocados são urbanos em sentido restrito, excluindo a interpretação mais abrangente acima sugerida.

Tal é visível no léxico deste texto: não há verdadeiramente elementos lexicais que remetam para quadros conceptuais associados ao campo, à natureza ou às atividades campestres e agrícolas, seja como usufruto do espaço, seja como intervenção sobre ele. Todos os exemplos são urbanos em sentido restrito.

As referências ao campo surgem somente no sexto parágrafo: “Quando sonharam com a reeducação de cidadãos na China, foram estes enviados para o campo. Quando pretenderam castigar os adversários e os homens livres na Rússia, foram deslocados para os campos. Quando os tiranos desejaram consolidar o seu poder no Camboja, tiraram milhões de pessoas das cidades.” Ainda que a oposição seja transposta para a ação de outrem (dos regimes chinês, russo ou cambojano nos seus tempos históricos), o campo é referido como espaço de privação e de castigo: privação de liberdade e de tudo quanto a cidade oferece, castigo pelo afastamento (da cidade). Se a cidade é o espaço da liberdade, o campo é o seu oposto.

5. Considerações finais

5.1. No final da leitura do artigo de António Barreto, o leitor poderá concluir que a pandemia motivada pelo vírus COVID-19 tem um lado positivo, como algumas vozes afirmam, pela observação da diminuição dos acidentes viários, da poluição ambiental ou do consumo?

Não é essa a orientação argumentativa do artigo. O locutor parte dessas afirmações, que convoca como saber partilhado com o seu alocutário, para se distanciar delas e lhes opor a sua visão dos estados de coisas. Fá-lo de modo fundamentado, com argumentos fundamentados em observações comprováveis e argumentos de autoridade. Nessa medida, confere ao seu texto um carácter polémico, o que foi assinalado em devido tempo.

ECO-REBEL

Desta forma, o tópico do artigo ganha um rumo que o afasta das questões técnicas ligadas à pandemia, ou a questões sanitárias, e focaliza-se sobre as consequências sociais e políticas da pandemia, nomeadamente sobre a privação de liberdade a que os cidadãos estão sujeitos, como medida para evitar o contágio e a propagação da doença. Não contestando a necessidade dessa privação temporária de liberdade, nem dando crédito a negacionismos delirantes, este artigo constitui um grito de revolta de um confinado, de um prisioneiro dos tempos hodiernos, que atualiza, no contexto atual, outros tantos gritos de inúmeros indivíduos que lutaram e lutam por liberdade.

Assim, a relação entre o indivíduo e o seu território não privilegia as questões de equilíbrio ambiental, ou de sustentabilidade de modos de vida, de produção ou de consumo; ao invés, privilegia a reflexão sobre a construção do edifício social e, sobretudo, sobre os valores que a sustentam. Nessa medida, o texto constitui uma reflexão sobre o relacionamento entre os cidadãos e destes com o seu espaço. Realiza tal reflexão recorrendo àquele que é o recurso basilar do pensamento e da interação: a língua.

Mas uma análise atenta do seu reportório interpretativo, ou do seu discurso, permite desconstruir a relação que o locutor estabelece com o ambiente urbano e com o ambiente rural; com o uso da língua para criar a imagem que projeta de si; e para revelar a imagem que cria do seu alocutário virtual.

5.2. Na perspetiva da linguística ecossistémica, tal como Couto a descreve (especialmente em 2015, 2019 e 2020, mas também em 2014), e tomando como referência o “ecossistema linguístico” (COUTO, 2015: 54), pode afirmar-se que as relações entre população, território e língua são largamente condicionadas pelo uso da língua, na sua atualização em discurso – ou os “atos de interação comunicativa” (idem, *ibidem*: 63), como este que se concretiza através do artigo analisado.

Ganha relevo, neste modelo, a problemática da referência que, como assinalado acima, não pode ser considerada fora da comunicação/interação. De facto, toda a referenciação das coisas e seus estados realizada pelo locutor se encontra ao serviço de um objetivo pragmático dominante: exercer influência, modificar a perceção que o alocutário possui dos estados de coisas, fazendo-o partilhar dos pontos de vista do locutor. A língua, atualizada em discurso, serve este exercício da influência.

Referências

- ADAM, J.-M. *Les Textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan, 1992.
- ADAM, J.-M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2.^a ed., rev. e aum. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ADAM, J.-M. Quels types de textes?. *Le français dans le monde*, n. 192, 1985, p. 39-43.
- AMOSSY, R. *La présentation de soi*. Paris: PUF, 2010.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris : Gallimard, 1975.
- BENVENISTE, E. *O homem na linguagem. Ensaio sobre a instituição do sujeito através da fala e da escrita*. Lisboa: Arcádia, 1978.
- BÜHLER, K. *Teoría del Lenguaje*. 3.^a ed. Madrid: Alianza Editorial, 1979.
- COUTO, H. H. Linguística Ecosistêmica. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 1, n.º 1, 2015, p. 47-81.
- COUTO, H. H. Linguística ecosistêmica crítica ou análise do discurso ecológica. In COUTO, E.; DUNCK-CINTRA, E; BORGES, L. (orgs.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014, p. 27-41).
- COUTO, H. H. Comunidade de fala revisitada. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 5, n.º 2, 2016, p. 49-72.
- COUTO, H. H. Linguística ambiental. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 5, n.º 1, 2019, p. 96-112.
- COUTO, H. H. A microtoponímia nas interações indivíduo-mundo e indivíduo-indivíduo. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 6, n.º 2, 2020, p. 107-125.
- FONSECA, F. I. *Deixis, Tempo e Narração*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1992.
- FONSECA, J. Pragmática das perguntas Como p, se q? e Como não p, se q?". Porto: Separata da *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II série, vol. X, 1993.
- JUNG, M. Ecological Criticism of Language. In A. Fill, A.; Mühlhäusler, P. (eds.). *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, 2001, pp. 270-285.

ECO-REBEL

- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980). *L'énonciation – de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. La polémique et ses définitions. In : *Le discours polémique*. Lyon: Centre de Recherches Linguistiques et Sémiologiques de Lyon, Presses Universitaires de Lyon, (s/d), pp. 3-40.
- RAMOS, R. “Os doze abutres”: estrutura e funcionamento de um texto polémico. In FONSECA, J. (Org.); PINTO, A. G.; ALMEIDA, C. A.; RAMOS, R. *A Organização e o Funcionamento dos Discursos. Estudos sobre o Português, Tomo III*. Porto: Porto Editora, 1998, pp. 109-156.
- RAMOS, R. O discurso de opinião como discurso polémico - aspectos da sua configuração e da interacção social. *Comunicação e Sociedade 2 (As Ciências da Comunicação no espaço lusófono - 1)* Série de Comunicação - Cadernos do Noroeste, 14:1-2. Braga: ICS - Universidade do Minho, 2000, pp. 235-247.
- SEARLE, J. *Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com a referência UIDB/00317/2020

ECO-REBEL

ANEXO

As cidades mortas

Grande angular

António Barreto

1. Em tempos difíceis, ouvem-se frases inesperadas e lêem-se [sic] pensamentos surpreendentes. Entre estes últimos, um dos mais espantosos diz respeito às cidades. Ao estado em que se encontram. Desertas! Silenciosas. Sem turistas. Sem movimento. Sem ruído. Sem buzinas. Sem poluição. Há quem diga explicitamente: “Ai que bom! Deveria ser sempre assim.” Ou então “Assim é que a cidade é bonita e dá vontade de viver!” Há quem pense e quem diga a sério que as cidades não deveriam receber mais turistas (pelo menos tantos...), nem cruzeiros (se fossem menos...), nem estrangeiros (a não ser os que se portam bem...). E também não deveria haver automóveis (a não ser os nossos...). Nem autocarros ou aviões por cima das cabeças. Há quem pense que o exemplo das cidades durante a epidemia deveria ser uma lição e levar as autoridades a fazer com que as cidades, depois, um dia, fossem mais ou menos o que são hoje: quase desertas. Ou com a beleza do silêncio dos cemitérios.

2. Tanto disparate! Sabe-se que a morte pode ser fotogénica e que a dor dos outros pode ser atraente. Mas daí a estabelecer a beleza destas cidades mortas vai um passo que roça a loucura ou a tolice. Pode haver sossego em cidades silenciosas e ruas vazias, com comércio fechados e sem passeantes? Pode haver paz em cidades sem vida, sem cheiro, sem ruído de fundo e sem agitação? Pode haver alegria em cidades sem urbano, cidades sem conversa e sem intriga, cidades sem correrias, sem atrasos, sem reuniões, sem idas para o trabalho, sem escolas, sem crianças e sem sirenes de ambulâncias? Pode haver cidades sem polícias e ladrões?

3. As cidades desta epidemia são cidades sem vida, paradas no tempo, sem alegria, são cidades-cemitérios. São cidades depois da bomba de neutrões, que poupa as coisas, mas mata os seres humanos e os animais. As cidades com vida são grandes criações humanas, quase obras de arte, mas sem dúvida obras de génios, do génio de planeadores e de génios de milhares de indivíduos e de milhões de decisões que, sem plano, convergem e criam. A cidade é um dos cumes da criação

ECO-REBEL

social. É na cidade que existe cultura, igualdade, democracia, discussão e tolerância. Sabemos que também pode haver crime, roubo, doença, acidente, mas tudo isso é nada comparado com a liberdade e a criação que a cidade nos dá. Nem com a alegria que nos proporciona. Até porque a cidade também é protecção [sic] e segurança.

4. O mistério, o encanto e a alegria da cidade foram analisados e cantados pelos melhores. Por Lewis Mumford, que, apesar da sua visão crítica das cidades contemporâneas, realçou como poucos a ideia de que a cidade, mais do que matéria e engenharia, é obra de espírito. Por Italo Calvino, que, melhor do que ninguém, mostrou que as cidades são como os sonhos, feitos de medos e de desejos. Por Santo Agostinho, que gravou as expressões Cidade de Deus e Cidade da Terra, com as quais quase resumiu a condição humana. Por Augusto Abelaira, que, na *Cidade das Flores*, nos levou, há mais de cinquenta anos, a uma Lisboa disfarçada de Florença, onde sugeriu que a palavra e a arte acompanhavam os desejos de juventude e que política e amor podiam andar juntos. Por Jacques Le Goff, que nos garantiu que, desde a Idade Média, foram as cidades que permitiram e criaram as ciências e as letras. E até por Alphonse Allais, que escarnejava dos que vociferavam contra os problemas urbanos, recomendando-lhes que simplesmente deveriam construir as cidades nos campos!

5. Para Marco Polo e o Kublai Khan, segundo Calvino, havia pelo menos 55 tipos de cidades. É possível. Todas elas com ideia e espírito. Todas com história e vocação. Todas com um lugar no património da humanidade. E parece que não há duas cidades iguais. Nem sequer parecidas. Há Veneza, única. Atenas e Esparta. Cusco e Machu Picchu. Tróia [sic], Cartago e Alexandria. Babilónia e Roma. Palmira, Constantinopla e Alepo. Foi nas cidades que se fizeram as universidades e as bibliotecas. Mas também as orquestras e os museus. Cada cidade é um resumo de vida e de história. Há nomes de cidades que nem precisam de ser ilustrados. A Cidade Proibida, da autoridade. A Cidade Aberta, da liberdade. A Cidade República e a Cidade Império. A Cidade de Arte. A Cidade Antiga. A Cidade Medieval. A Cidade Ideal, do Renascimento. A Cidade Industrial. A Cidade-Luz. A Cidade do Vinho. Ou a Cidade ao lado das Serras. E as duas cidades das cenas no tempo da revolução francesa! Há cidades mágicas, invisíveis, felizes, operárias, financeiras e burguesas. O que não há são cidades mortas, cidades desertas, cidades-cemitérios, cidades ruínas... Ou antes, não deveria haver. São contradições nos termos.

ECO-REBEL

6. Um povo sem cidade é um povo triste. Ou atrasado. Ou conquistado. Ou escravo. O Imperador louco pegou fogo à cidade, Roma. Os deuses destruíram e castigaram as cidades de maus costumes, Sodoma, Gomorra e Pompeia. Quando fizeram campos de concentração na Alemanha, esvaziaram cidades. Quando sonharam com a reeducação de cidadãos na China, foram estes enviados para o campo. Quando pretenderam castigar os adversários e os homens livres na Rússia, foram deslocados para os campos. Quando os tiranos desejaram consolidar o seu poder no Camboja, tiraram milhões de pessoas das cidades. Napoleão e Hitler queriam as cidades, quiseram Moscovo, em Moscovo esbarraram e a guerra perderam. Os ditadores não se sentem bem nas cidades. Nem gostam de quem vive nas cidades, porque a liberdade é cidadina. E porque cidadania vem de cidade.

7. As cidades são antros de crime e pecado. Têm noites malvadas e esquinas fatais. Têm escadinhas de droga e de assalto. Têm becos de má fama e calçadas de reputação duvidosa. Têm tango e fado. Têm esplanadas de espões e mirones. Têm especuladores e açambarcadores. Têm criança abandonada, mulher explorada, homem bandido, velho adoentado e jovem a quem batem. Têm minorias oprimidas e máfias tribais. As cidades têm crime e doença, têm violência e drama, mas é nas cidades que encontramos o sentido criativo, a invenção e o progresso. As cidades têm exploração e despotismo, mas é nas cidades que temos liberdade. Aliás, a liberdade é urbana.

Sociólogo

Aceito em 01/07/2020.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 6, N. 3, 2020.